

## **ROMANOS, BÁRBAROS E A HISTÓRIA POLÍTICA NA ANTIGUIDADE TARDIA**

Renan Frighetto<sup>1</sup>

### **Resumo**

Existem convenções historiográficas que guiam o trabalho do historiador. Dentre elas o balizamento da cronologia histórica é, sem dúvida, uma das mais importantes para que se possam oferecer explicações mais precisas sobre os tempos curto, médio e longo imersos no âmbito da temporalidade da História. Inserida no espectro temporal situado entre o passado helenístico e o medieval, a Antiguidade Tardia (séculos III – VIII) vem ganhando destaque no último meio século desde a renovação dos estudos socioculturais proposta por Peter Brown. No início do século XXI, associado aos movimentos políticos e institucionais ocorridos no final da centúria passada, se propôs um novo “giro” ao estudo da História política e institucional que colocou no centro do debate historiográfico sobre a Antiguidade Tardia tanto o Império Romano tardio (séculos III – VI) como as monarquias romano-bárbaras (séculos V – VIII) nos territórios romanos ocidentais. Como estas entidades político-institucionais foram forjadas e quais seriam os partícipes que as constituíram, questões que são apontadas em nosso estudo e que tem nos godos o exemplo mais destacado de uma monarquia romano-bárbara herdeira da tradição político-institucional imperial romana.

### **Palavras-chave**

Antiguidade Tardia; Império Romano tardio; monarquias romano-bárbaras; godos.

---

<sup>1</sup>Professor Doutor – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil. E-mail: [rfrighetto@hotmail.com](mailto:rfrighetto@hotmail.com)

## **Abstract**

There are historiographical conventions that lead the work of the historian. Among them, the beacon of the historical chronology is, without a doubt, one of the most important to be offered more precise explanations over the short, middle, and longtime immersed on the scope of temporality of History. Inserted in the time spectrum situated between the Hellenistic Past and the Medieval Ages, the Late Antiquity (3<sup>rd</sup> – 8<sup>th</sup> centuries) has been gaining prominence on the latest half-century since the renovation of the sociocultural studies proposed by Peter Brown. At the beginning of the 21<sup>st</sup> century, associated to the political and institutional movements occurred at the end of the last century, it was proposed a new “tour” around the study of political and institutional History that put on the center of the historiographical debate about the Late Antiquity put both the Roman Empire (3<sup>rd</sup> – 6<sup>th</sup> centuries) and the roman-barbarians monarchies (5<sup>th</sup> – 8<sup>th</sup> centuries) in the Roman Western territories. As these political-institutional entities were forged and which would be associated to the ones they constituted, issues that are pointed out in our study and which has the goths the most highlighted example of a roman-heathen monarchy heir to the Roman Imperial political-institutional tradition.

## **Keywords**

Late Antiquity; Late Roman Empire; Roman-Barbarians Monarchies; Goths.

## 1. A Antiguidade Tardia e a História político-institucional

Época de mutações, de transformações e de readequações, a Antiguidade Tardia é convencionalmente fixada, em termos historiográficos, entre os séculos III e VIII d. C. (Carrié e Rousselle, 1999: 11; Cameron, 2002: 166 – 170; Brown, 2015: 1; Carrié, 2017: 179 – 182) envolvendo discussões variadas como as que tratam sobre o “fim” do mundo antigo e a “decadência” do Império Romano (Ando, 2009: 59 – 76). Debate complexo e, em muitos casos, marcado por discussões ideológicas contemporâneas e quase sempre distantes tanto daquele contexto específico como da estrutura histórica demarcada por aqueles seis séculos de história. Uma influência das abordagens do presente que acabam exercendo um peso sobre as análises relativas ao passado e que podem dificultar a nossa compreensão e o nosso entendimento do próprio conceito de Antiguidade Tardia. De qualquer forma, a visão histórica do presente torna-se inevitável, na medida em que vivemos e somos frutos da contemporaneidade, ao ponto de Averil Cameron afirmar:

“... Talvez seja verdade que cada era receba a história que merece. De qualquer forma, estou disposta a defender a idéia de que a própria história é percebida no espelho do presente, e que os historiadores trazem suas percepções do presente à sua visão do passado...” (Cameron, 2002: 176).

Com efeito, a busca por explicações do passado nos fazem associar certos acontecimentos contemporâneos com aqueles mais antigos estabelecendo nexos entre a queda do Muro de Berlim ou mesmo o colapso da União Soviética com a “queda” de Roma (Giardina, 1999: 161; Cameron, 2002: 175). Contudo, estes paralelos podem trazer um grau de complicação a mais aos estudos tardo-antigos, na medida em que devemos debater o conceito de “queda” que nos remete a outros como o de “crise” e mesmo o de “decadência”, que devem ser problematizados no âmbito do contexto histórico da Antiguidade Tardia para sabermos se *de fato* podemos adotá-los em nossos estudos (Bravo, 2013: 22; Carrié, 2017: 175 – 178). Desde Gibbon e ao longo dos séculos XIX e boa parte do XX, a relação estabelecida entre *crise* – *decadência* – *queda* foi utilizada para explicar a desaparecimento do poder político imperial nos territórios romanos da *Pars Occidentalis* e apresentar um Império Romano do Oriente que distava enormemente daquela “época dourada” que marcou o mundo imperial romano dos séculos I e II d. C., o “Alto Império” que ganhava os mais destacados elogios civilizacionais frente ao “Baixo Império” rude, violento e bárbaro que levou a uma fase de escuridão e de trevas (Perkins, 2007: 9 – 10). Ora, era exatamente a Antiguidade Tardia que aparecia marcada com toda a sua negatividade por historiadores que viam no cristianismo e na “chegada” dos bárbaros os verdadeiros culpados pelo

**Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.6, n.2 - 2021.2. p. 22-48.**

DOI: 10.34024/herodoto.2021.v6.13903

fim da civilização romana sendo, dessa forma, projetada a uma história periférica e bizarra (Carrié, 2017: 176). Talvez por conta desta projeção pessimista e um tanto deturpada é que encontramos a partir de 1970 a retomada dos estudos sobre a Antiguidade Tardia pela via sociocultural apresentados por Peter Brown no seu *The World of Late Antiquity. From Marcus Aurelius to Muhammad* no qual se reforçava a periodização do período tardo-antigo entre o final do século II e o século VIII, além de oferecer um destaque aos temas socioculturais que envolviam personagens como o bispo e o homem santo, demonstrando que o cristianismo contribuiu para a preservação e a sobrevivência da cultura clássica contrapondo, assim, a sugestão dos autores que o apontavam como causador da decadência da civilização romana (Brown, 1971: 49 – 112).

No esteio das pesquisas e dos resultados alcançados por Peter Brown, uma significativa quantidade de historiadores entre os anos 1980 e 2000 seguiram os seus passos desenvolvendo investigações robustas e interessantes sobre o mundo tardo-antigo, segundo a perspectiva sociocultural. Porém, outros temas ficaram esquecidos e “adormecidos”, aspecto este criticado de forma precisa por Andrea Giardina:

“...o enriquecimento e a maturação do conceito de tardo-antigo (e também a periodização) viram dominar um campo de indagação sobre todos os demais, aquele relacionado aos processos socioculturais em senso mais amplo. As periodizações baseadas sobre estes processos terminaram por ocultar as outras possibilidades. E a que mais sofreu foi a história das instituições e da política: bastará refletirmos sobre o fato de que dentre os eventos significativos ocorridos nesta época aquele que tem menor impacto sobre a noção de tardo-antigo e que menos se leva em consideração quando falamos da periodização, é a própria queda do império romano (...). O redimensionamento deste tema oferece uma visão menos catastrófica do impacto das gentes germânicas sobre os territórios romanos (segundo pressupostos largamente pirennianos) e de formular em termos da etnogénesis tardo-antiga o processo de construção das novas estruturas políticas, administrativas e sociais...” (Giardina, 1999: 172 – 173).

Dentre os temas que ficaram relegados a um plano secundário nos estudos sobre a Antiguidade Tardia estavam, como apontado por Giardina, aqueles voltados à história política e institucional. É provável, embora muito difícil de confirmar, que os debates sobre a “queda” de Roma tenham provocado este abandono dos temas políticos e institucionais por parte da historiografia. Contudo, devemos levar em consideração que muitas pesquisas discordam do conceito de “queda” do mundo romano indicando, assim, uma predileção pela continuidade, manutenção e preservação pragmática de Roma sob uma perspectiva política e institucional transformada e readequada. Além disso, devemos

recordar das diversas interações que ocorriam entre Roma, as províncias e os “novos” partícipes da cena política no século V d. C., os grupos bárbaros que se fixaram nos territórios imperiais romanos. Nesse sentido, concordando com as observações de Giardina e ampliando-as, Averil Cameron indicou a necessidade de se revisitar o estudo da história político-institucional como uma forma de melhor conhecermos um contexto que foi ganhando novos contornos:

“... Podemos ver um retorno à história institucional, como exigido por Andrea Giardina, e as agendas políticas que estão em eclipse podem estar esperando para serem revividas. Entretanto, nesse auge dos últimos estudos tardo-antigos, romperam-se as velhas certezas sobre o nosso próprio desenvolvimento histórico. Substituiu novas questões por velhas e subverteu suposições tradicionais sobre os mundos antigo e medieval...” (Cameron, 2002: 191).

## **2. Os problemas que merecem ser historiados: a partilha do poder, a sucessão hereditária e o regionalismo político**

Na linha de uma abordagem de temas tradicionais que permaneceram intocados e sombreados pelos estudos e investigações sobre o mundo tardo-antigo nos últimos 50 anos, destacamos aquele que envolveu a prática da partilha do poder imperial a partir do século II d. C. e que teve um impacto significativo na história político-institucional do Império Romano e das monarquias romano-bárbaras que o substituíram nos territórios romanos ocidentais a partir do século V d. C. Logo, estamos falando de um processo histórico estrutural e de longa duração marcado por continuidades na forma de se realizar esta partilha do poder e por rupturas, pois em muitos casos a mudança dos governantes fazia-se por meio da força e da usurpação. Ao analisar a partilha do poder imperial desde os primórdios do governo de Marco Aurélio (161 – 180), Valério Neri apresenta tanto a forma como a quantidade de partícipes daquela divisão política durante boa parte do século III d. C.:

“... A partir de Marco Aurélio e Lúcio Vero, encontramos colegiados imperiais formados por dois ou três Augustos, como no breve período entre 209 e 211 com Septímio Severo e os filhos Caracala e Geta. Uma duplicidade dos Augustos é testemunhada frequentemente no século III: Septímio Severo e o filho Caracala de 198 a 209; Caracala e Geta de 211 a 212; Pupieno e Balbino em 238; Felipe e o filho Felipe *iunior* de 247 a 249; Décio e o filho Herénio Etrusco em 251; Treboniano Galo e o filho de Décio, Hostiliano, também em 251; Valeriano e o filho Galieno de 253 a 260; por fim Caro e o filho Carino em 283 e Carino e o irmão Numeriano em 284...” (Neri, 2013: 659).

Seguindo a análise feita pelo historiador italiano, a partilha do poder imperial ficava devidamente caracterizada pela colegialidade praticada

***Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.6, n.2 - 2021.2. p. 22-48.***

**DOI: 10.34024/herodoto.2021.v6.13903**

entre os *Augustos* que o exerciam, acabando por levar-nos à tentativa de compreendermos qual teria sido o modelo de escolha de um parceiro para desempenhar as tarefas governativas aplicado por aqueles que *a priori* poderiam ter retido o poder para si de forma individual. Transformação que ganhou forma no reinado de Marco Aurélio, sempre indicado como o grande defensor dos princípios estoicos relacionados ao mérito pessoal e a adoção política, responsável pela restituição do princípio da sucessão hereditária que parecia definitivamente abandonado desde o final do século Id. C. (Peachin, 2006: 129 – 130). Ao nomear e instituir seu filho Cômodo, primeiro como *Cesar* e depois como *Imperator* em 176, Marco Aurélio abandonou os princípios que marcavam a adoção política, pautados na associação ao poder daquele que seria considerado como o portador das melhores condições para governar, passando à escolha de um sucessor natural e familiar nem sempre visto como o mais qualificado para exercê-lo. Uma imagem que cabia perfeitamente a Comodo, segundo a *História Augusta* (Matthews, 2007: 294 – 303; Den Hengst, 2010: 177 – 185):

“... Tal era a bondade de Marco (Aurélio) em relação à própria família que ele concedia a todos os seus as insígnias enquanto ao filho, que era maldito e imundo, apressou-se a dar o nome de César, depois o sacerdócio, e, um pouco mais tarde, o título de imperador e uma parte no triunfo e no consulado. Foi nessa época que Marco (Aurélio), embora aclamado imperador, andou a pé no circo ao lado do carro triunfal em que seu filho estava sentado...” (JÚLIO CAPITOLINO, Marco Antonino filósofo, XVI, 1 – 2).

Ora, a mudança do princípio da escolha da adoção ao da sucessão hereditária revela-nos, também, a continuidade do processo de esvaziamento institucional do senado de Roma. Se até a associação de Lucio Vero ao poder imperial houve uma consulta e a consequente ratificação por parte do grupo senatorial da indicação de seu “irmão” por parte de Marco Aurelio (Julio Capitolino, Vero, III, 8), a escolha e a assunção de seu filho Cômodo aparecem como uma vontade pessoal do *princeps* que acreditava mais na fidelidade familiar do que naquela proveniente de uma possível adoção. Para isso contou, certamente, a tentativa frustrada de usurpação levada a cabo no ano de 175 pelo comandante legionário da *Síria* e um dos mais importantes líderes militares romanos no Oriente helenístico, Avidio Cássio, que recebera tanto de Marco Aurélio como do senado a concessão do *Imperium Maius*, o mando militar supremo, sobre o corpo legionário estacionado nas províncias orientais (Cassio Dio, História romana, LXXI, 2, 2). Declarado pelo senado *Inimicus hostes*, inimigo dos romanos (Julio Capitolino, Marco Antonino filósofo, XXIV, 9), Cássio foi rapidamente derrotado e eliminado, mas o seu exemplo marcou definitivamente o espírito de

Marco Aurélio que preferiu partilhar o poder com o seu filho. Nesse sentido nos informa Aelio Lampridius na *História Augusta*:

“... Ainda criança (Comodo) recebeu o nome de *César*, junto com seu irmão Verus, e no décimo quarto ano ele ingressou no colégio de sacerdotes (...). Ele (Comodo) assumiu a toga no fim de julho - no dia em que Romulo desapareceu da terra - quando Cassio se revoltou contra Marco Aurélio. Depois de ter obtido o favor dos soldados, partiu com o pai para a *Síria* e o *Egito*, e com ele retornou a Roma. Posteriormente, recebeu isenção da lei e foi designado cônsul daquele ano, e no quinto dia antes das calendas de dezembro, no consulado de Pollio e Aper, foi aclamado imperador junto com o seu pai e celebrou um triunfo com ele...” (Aelio Lampridius, Comodo Antonino, I, 10; II, 1 – 5).

O que queremos destacar com estas informações é que encontramos desde finais do século II d. C. um *terminus post quam*, ou o início da aplicação deste princípio de escolha por via da sucessão hereditária junto ao poder imperial romano que ganhará fôlego e projeção por toda a Antiguidade Tardia<sup>2</sup>. Analisando com maior atenção as informações apresentadas pela documentação, verificamos que entre os séculos III d. C. e Vd. C. esta tendência à sucessão hereditária consolidou-se de uma forma plena, em particular após o período da Diarquia (285 – 293) (Zugravu, 2011: 285 – 288) e da Tetrarquia (293 – 311) estabelecidas ao longo do reinado de Diocleciano (284 – 305). Durante este quarto de século a escolha dos parceiros imperiais deu-se, sobretudo, graças ao prestígio militar possuído pelos partícipes do poder, conforme nos indica Aurélio Victor ao descrever a Tetrarquia e aqueles que a compartilhavam:

“... Orgulhoso por isso (Carausio), como havia vencido a muitos bárbaros sem ter oferecido o retorno do butim ao erário público e por medo do Hercúleo (Maximiano) que, segundo sabia, havia dado a ordem de matá-lo, se dirigiu à *Britania* depois de conquistar o poder. Ao mesmo tempo os persas agitavam violentamente no Oriente (...). Ademais, em Alexandria no *Egito*, um chamado Aquiles havia tomado as insígnias do poder absoluto. Por estas razões, eles (Diocleciano e Maximiano) nomearam Césares a Julio Constancio e Galério Maximiano, cujo nome era Armentario, e emparentaram-se com eles (...). Todos eram originários do Ilírico e, embora pouco cultos, foram educados pelas dificuldades do campo e do exército e foram muito bons governantes (...). Mas a concórdia destes imperadores tem mostrado, sobretudo, que seu talento natural e a experiência da boa formação militar (...) eram quase suficientes para assegurar a sua valia...” (Aurélio Victor, Dos Césares, 39, 21 – 28).

Dessa forma, podemos dizer que a partir do século IV d. C. a sucessão ao poder imperial estaria pautada pela relação estabelecida entre a detenção do prestígio militar por parte dos imperadores e a consequente inserção

---

<sup>2</sup> Os exemplos indicados pelo estudo de Valério Neri mostram o fortalecimento desta tendência ao longo do século III d. C., desde a sucessão de Septímio Severo (193 – 211) até o reinado de Caro, Carino e Numeriano (282 – 284).

de seus filhos e sucessores na estrutura da administração imperial, segundo a já tradicional divisão entre o *Augusto* e um ou mais *Césares*. O largo período do reinado de Constantino (306 – 337) serve como exemplo efetivo desta forma de partilha do poder imperial. Tendo se alçado ao poder após a morte de seu pai, o *Augusto* Constancio, em 306 (Cameron, 2013: 106) e participado do sistema tetrárquico na sua fase derradeira (Aurélio Victor, *Dos Césares*, 40, 2 – 16; Eutropio, *Breviário*, X, 2 –4), Constantino acabou por nomear seus filhos e um sobrinho, Dalmacio (Jones, 1971, p.241) como seus *Césares* e sucessores ao poder imperial, certamente influenciado pelo espírito colegiado e militar da Tetrarquia e propondo a unidade pautada em um *Augusto senior* que seria apoiado pelos demais *Augustos* ou *Césares* que seriam, com efeito, seus lugares-tenentes (Silva, 2018, p.103). Ideia que foi mantida após a morte do próprio Constantino, como nos informam Eutrópio e o cristão Paulo Orósio em suas *Histórias contra os Pagãos*:

“... (Constantino I) Deixou como sucessores três filhos e um filho de seu irmão. Mas Dalmacio *César*, de excelente caráter e nada parecido com seu tio, foi eliminado não muito depois por uma insurreição militar e por Constancio (II), seu primo, que se não a instigou ao menos a permitiu...” (Eutrópio, *Breviário*, X, 9, 1)

“... No ano 1092 da fundação da cidade, Constancio (II), trigésimo quinto imperador, conseguiu o trono na companhia de seus irmãos Constantino (II) e Constante, conservando-o por vinte e quatro anos. Entre os sucessores de Constantino (I) estava também o *César* Dalmacio, filho de seu irmão; mas este foi imediatamente eliminado por um grupo de soldados...” (Paulo Orósio, *Histórias*, VII, 29, 1).

É interessante verificarmos, em ambos os relatos sobre a sucessão de Constantino, a proeminência das forças legionárias tanto para a escolha do imperador como para a eliminação de possíveis concorrentes demonstrando que a proximidade dos detentores do poder imperial ao exército romano aparecia como condição *sine qua non* à sua manutenção política e sobrevivência física. Por isso a *aclamatio imperii*, a aclamação feita pelos legionários e que dava reconhecimento e apoio ao novo imperador, continuava sendo a principal via à sustentação do poder imperial incluindo, também, a indicação de parceiros com os quais partilharia o poder, bem como dos herdeiros e sucessores à condição de *Césares* e *Augustos* imperiais (Escribano, 1990: 253). Por outro lado, vale dizer que as aclamações legionárias poderiam favorecer a elevação de usurpadores e de tiranos que concorriam com os imperadores legítimos, reforçando a assunção de poderes de cunho regional diante do poder imperial proclive a unidade política. Durante o século IV d. C. encontramos diversos movimentos usurpatórios apoiados no conjunto



legionário regional onde o usurpador tinha um papel de comando destacado, casos de Magnencio e Vetrânio (Jones, 1971: 532;954; Mazzarino, 2007: 702 – 705) que foram escolhidos por seus legionários a partir da morte de Constante em 350:

“... Depois da morte de Constante e de que Magnencio obtivesse o controle sobre a *Itália*, a *África* e as *Galias*, se rebelou inclusive o *Ilírico* após eleger Vetrânio para o mando de acordo com os soldados. O nomearam imperador, porque era mais velho e muito querido por todos devido à duração e o êxito de sua carreira militar, para defender o *Ilírico*...” (Eutrópio, *Breviário*, X, 10, 2).

“... Magnencio tomou o poder na cidade de *Augustudono* (Autun), poder que se estendeu imediatamente pela *Galia*, *África* e *Itália*. Porém, no *Ilírico* os soldados nomearam como imperador a Vetrânio, homem velho, simples e agradável a todos...” (Paulo Orósio, *Histórias*, VII, 29, 8).

Tanto Vetrânio como Magnencio acabaram sendo derrotados e eliminados por Constâncio II (337 – 361) (Aurélio Victor, *Dos Césares*, 42, 1 – 10; Humphries, 2014, p.158 – 160), mas suas ações usurpatórias, bem como as de outros chefes militares, indicavam uma tendência de regionalização dos poderes políticos. Por certo que esta caminhava *paripassu* com a partilha do poder imperial que ganhou um fôlego ainda maior com a efetiva divisão administrativa e militar do mundo romano a partir de 364 quando Valentiniano I (364 – 375) e seu irmão Valente (364 – 378) efetivaram aqueles que serão reconhecidos como o Império Romano do Ocidente e o Império Romano do Oriente (Drijvers, 2015, p.94 – 95), assim apresentados por Ammiano Marcelino:

“... Depois que as questões foram organizadas, as tropas também foram divididas entre os dois imperadores. E quando, depois disso, os dois irmãos entraram em Sirmium, depois de dividirem os locais de residência de acordo com os desejos do superior, Valentiniano partiu para Milão, Valente para Constantinopla. O Oriente era governado por Salútio com o posto de prefeito, a *Itália* com a *África* e o *Ilírico* por Mamertino, e as províncias da *Galia* por Germaniano...” (Ammiano Marcelino, *História*, XXVI, 5, 3 – 5).

### **3. Os bárbaros e o contato com Roma: interação, integração e transformação do mundo romano**

A divisão entre os Impérios Romanos do Ocidente e do Oriente tornou-se, a partir de então, uma realidade política irreversível, salvo um curto período em que Teodósio (379 – 395) reuniu o poder imperial sob sua tutela logo após derrotar uma ação usurpatória levada a cabo por Eugênio e seu aliado franco Arbogaste, no ano de 394 – 395 (Paulo Orósio, *Histórias*, VII, 35, 11 – 19). Desde a morte do imperador Valente

*Heródoto*, Unifesp, Guarulhos, v.6, n.2 - 2021.2. p. 22-48.

DOI: 10.34024/herodoto.2021.v6.13903

ante os godos na batalha de Andrinopla, no ano de 378, Teodósio foi associado pelo imperador romano do Ocidente, Graciano<sup>3</sup> (375 – 383), para suceder seu falecido tio e exercer o poder imperial sobre o Oriente e a província romana da *Trácia* (Paulo Orósio, *Histórias*, VII, 34, 1 – 3; Hidácio, *Crônica*, a.379 – 380). De maneira similar aos seus antecessores no sólio imperial romano, Teodósio associou seus filhos, Arcádio em 383 (Paulo Orósio, *Histórias*, VII, 34, 9) e Honório em 393 (Claudiano, *Panegírico ao terceiro consulado do Imperador Honório*, 83 – 88), como *Augustos* e seus sucessores mantendo, dessa forma, o princípio da partilha do poder pela via da hereditariedade que fora comum e característica no mundo romano ao longo de todo o século IV d. C.

Contudo, a juventude e a inexperiência dos *Augustos* no momento da morte de Teodósio, Arcádio contava com 18 anos e Honório com 10 anos, fez emergir ao cenário político imperial romano as figuras de dois importantes personagens, Rufino e Estilício, inimigos que atuaram como tutores dos imberbes imperadores (Elton, 2018: 148 – 151) e que acabaram transformando-se nos verdadeiros detentores do poder militar nas respectivas partes oriental e ocidental do mundo romano (Eunápiode Sardes, *História*, I, 63; Zósimo, *Nova História*, V, 1). Rivals que são descritos por Claudiano nos seguintes termos:

“... Depois da submissão dos Alpes e da liberação do reino da Hesperia do mundo, acolhendo ao seu imperador (Teodósio) no lugar que ele merecia, resplandecia muito mais com a adição de uma estrela; e então, Estilício, foi entregue ao teu cuidado o poder de Roma e o governo do mundo; se te confiou a realeza dos dois irmãos (Arcádio e Honório) e o exército de ambas as cortes (oriental e ocidental). Rufino (pois seus terríveis crimes não suportam o sossego e suas faces manchadas se negam a secar) começa a colocar novamente o mundo em guerras espantosas e a perturbar a paz com as suas acostumadas desordens...” (Claudiano, *Contra Rufino II*, 5, 1 – 11).

O poema de Claudiano mostra-nos um apoiante e propagandista da causa de Estilício, militar de origem romano-bárbara e um dos mais próximos fiéis de Teodósio que exerceu até a sua morte, em 408, o poder efetivo no Império Romano do Ocidente em nome do jovem imperador Honório (395 – 423) (Gasparrie La Rocca, 2013: 68 – 70; Elton, 2018: 148). Além disso, as informações legadas pelo poeta revelam-nos a chegada à condição de *magister militum*, comandante militar das forças imperiais romanas ocidentais, de lideranças bárbaras que foram ocupando ao longo do século IV d. C. um espaço cada vez maior no interior da estrutura militar romana (Blockley, 2008: 111 – 112). Por certo que a intensa participação de combatentes bárbaros no conjunto do exército legionário

---

<sup>3</sup> Filho mais velho de Valentiniano I e elevado à condição de *Augusto* no ano de 367.

romano remonta à condição de *dediticios* de grupos bárbaros derrotados por Roma desde o século II a. C. que participavam como tropas auxiliares das legiões romanas comandadas por militares romanos (Wirth, 1997: 15 – 27). À medida que a conquista romana alcançou espaços territoriais para além do Mediterrâneo, o contato e os atritos com as populações bárbaras localizadas nas regiões próximas aos limites romanos junto a *Germania*, o *barbaricum* (James, 2011: 47; Gasparri e La Rocca, 2013, p.75), tornaram-se constantes, bem como a interação e as trocas culturais e comerciais ampliaram-se consideravelmente. Movimentos que envolviam, também, a incorporação e a adaptação às respectivas realidades romanas e bárbaras de modelos de exercício do poder político que tinham como principal objetivo a inserção e a abertura aos bárbaros de determinados âmbitos institucionais, como a participação no exército legionário romano que, paulatinamente, propiciou a promoção militar e política dos líderes de grupos bárbaros (James, 2011: 235 – 253). Mas desde meados do século III d. C., com as reformas militares levadas a cabo por Galieno (253 – 268), a participação de combatentes bárbaros junto das legiões romanas incrementou-se de forma exponencial propiciando a estes uma via de possível ascensão sociopolítica no mundo romano por meio do destaque e da força militares. A *fortitudo*, a força e a habilidade militar do indivíduo, ganhava a condição de virtude política de grande envergadura (Rodríguez Gervás, 1991: 107; Elton, 2018: 105) e como contraponto da simples *ferocitas*, a ferocidade, apontada como vício inerente aos bárbaros (Ware, 2014: 89). Talvez encontremos aqui uma possível explicação para compreendermos como se deu o princípio de inclusão destes grupos bárbaros no seio da sociedade romana quando passaram da simples participação como combatentes derrotados por Roma à condição de aliados e defensores da autoridade imperial (Elton, 2018: 91 – 100; Geary, 2005: 104).

Desde o final do século IV d. C. e ao longo do século V d. C. algumas estratégias foram utilizadas pela autoridade imperial para cooptar os reis bárbaros à causa romana, como a autorização para que as populações bárbaras pudessem fixar-se no interior do *limes* imperial recebendo o estatuto de federados dos romanos e certas vantagens como o recebimento de bens frumentários para realizarem a defesa militar dos territórios imperiais contra potenciais inimigos externos (Díaz Martínez, 2008: 18). Por certo que estas ações acenavam à uma possível e futura integração dos bárbaros na *romana ciuilitas*, mas seriam insuficientes diante de reis que desejavam possuir para si uma autoridade similar à do imperador romano e que simultaneamente buscavam sua afirmação perante grupos aristocráticos bárbaros que começavam a envolver-se nas disputas sobre o controle das rédeas do poder político no interior de suas

**Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.6, n.2 - 2021.2. p. 22-48.**

DOI: 10.34024/herodoto.2021.v6.13903

tribos visando assumir a interlocução com os romanos (Valverde Castro, 2000: 23). Por esses motivos e para fortalecer a sua posição, o rei apelava ao confronto contra as forças imperiais na tentativa de retirar proveitos que robustecessem a sua posição política. Para evitar o embate que, na maioria dos casos, provocava muitas perdas humanas, saques e rapinas no interior das províncias romanas, a autoridade imperial acabava concedendo ao rei bárbaro a honraria de portar o título de *magister militum*, cargo que nos territórios ocidentais pertencia a Estilício desde 395 (Cameron, 1998: 48; Jones, 1971: 853 – 858). Podemos pensar que o papel de destaque desempenhado pelo chefe militar romano ocidental, um romano – vândalo muito próximo aos imperadores Teodósio e Honório, servia como uma espécie de reflexo desejado por outros líderes bárbaros como possível via para se alcançar o próprio sólio imperial, fosse nos territórios orientais, fosse nos territórios ocidentais do mundo romano.

#### **4. Os Godos e a configuração de um reino romano-bárbaro na Antiguidade Tardia**

A relevância alcançada por Estilício no ambiente político romano em finais do século IV d. C. serve como parâmetro para analisarmos uma liderança bárbara que atingiu as mais altas esferas da administração político-militar no mundo romano, o rei dos godos Alarico (I) (395 – 410) (Martindale, 1980: 43 – 48; Valverdecastro, 2000: 24 – 36). Integrante da *gens* dos Baltos (Jordanes, *Getica*, XXIX, 146), Alarico foi rei dos *seus* godos (Paulo Orósio, *Histórias*, VII, 37, 2), informação que revela que a sua autoridade alcançou a uma significativa parcela de grupos aristocráticos bárbaros, porém sem que ela se estendesse a todos os godos. De outra parte, é extremamente complexo estabelecermos com clareza quem eram estes godos, já que a interação destes com outros grupos bárbaros remontava aos séculos II d. C. e III d. C. (Sanz Serrano, 2009: 66 – 71; Valverde Castro, 2000: 18 – 20). Ademais, o estabelecimento dos godos como *dediticios* nas áreas próximas ao mundo romano, junto ao *limes* danubiano, fora realizado pelos romanos desde os reinados de Claudio II (268 – 270) (Aurélius Victor, *Dos Césares*, 34, 3 – 6; Eutropio, *Breviário*, IX, 11, 2), Aureliano (270 – 275) (Eutrópio, *Breviário*, IX, 13, 1) e de Constantino (I) (Aurélius Victor, *Dos Césares*, 41, 12 – 13; Eutrópio, *Breviário*, X, 7, 1 – 2). Logo, a presença e a fixação de tribos godas nas áreas limítrofes do mundo romano ocorreram com anterioridade ao grande deslocamento que levou várias tribos de godos, sármatas, hunos e alanos a ingressarem nos territórios do Império Romano do Oriente em

376 (Ammiano Marcelino, Histórias, XXXI, 4; Eunápiode Sardes, História, 55). Foi o conjunto de todos estes grupos bárbaros, liderados por chefes tribais godos como Fritigerno e Alavivo (Ammiano Marcelino, Histórias, XXXI, 5) que derrotou e eliminou em 378 o imperador Valente e uma parcela significativa do exército romano oriental em Andrinopla (Ammiano Marcelino, Histórias, XXXI, 13). Desta miríade de grupos clânicos e aristocráticos bárbaros emergiu Alarico, retratado por Zósimo da seguinte forma:

“... Uma vez que tramou semelhante perfídia, Rufino, como viu a Alarico iniciando um movimento para rebelar-se e dar às costas as leis (pois se achava insatisfeito por não ostentar mando militar algum, contando apenas com aqueles bárbaros que lhe entregara Teodósio quando com ele abateu ao usurpador Eugênio), lhe indicou secretamente que avançasse trazendo os bárbaros que estavam sob seu comando e outros que se reuniram aos seus. Diante disso, Alarico partiu dos lugares que ocupava na *Trácia* para lançar-se sobre a *Macedônia* e a *Tessália*, destruindo tudo que encontrou em seu caminho...” (Zósimo, Nova História, V, 5, 3 – 5).

Como observamos no relato de Zósimo, Alarico ganhara projeção graças as suas ações militares que, de forma direta, acabaram ampliando a sua importância diante dos combatentes e das tribos por ele lideradas. Ao provocar uma série de saques e de destruições nas províncias próximas de Constantinopla, o rei dos godos mostrava-se diante das autoridades imperiais e dos líderes aristocráticos bárbaros como um chefe militar forte, que contava com o apoio de seus aliados e que se colocava como interlocutor e negociador reconhecido pelos romanos (Díaz Martínez, 1998: 177; Elton, 2018: 225). Ou seja, o estado permanente de conflito contra os romanos gerado por Alarico fortalecia a sua condição de rei e reforçava os passos iniciais à consolidação da instituição monárquica entre os godos, ao ponto do próprio Estilício vê-lo como potencial apoiante na sua disputa particular com Rufino pela hegemonia política sobre o Império Romano do Oriente. Foi nesse momento, no ano de 405, que Alarico recebeu de Estilício o desejado, e pomposo, título de *magister militum per Illyricum* que dava ao rei dos godos um papel de destaque no complexo xadrez político do mundo romano nos primórdios do século Vd. C. (Valverde Castro, 2012: 312 – 315):

“... Depois de devastar toda a *Grécia*, Alarico retirou-se do *Peloponeso* e do resto dos domínios por onde passa o rio Aqueloo; e estabelecido no *Épiro* (...) aguardava um sinal de Estilício em razão do seguinte: vendo Estilício que aqueles que regiam o Império de Arcádio (Império Romano do Oriente) não eram afeitos a sua pessoa, projetou servir-se do apoio de Alarico para incorporar todas as províncias da *Ilíria* ao Império de Honório (Império Romano do Ocidente); concluídos com aquele (Alarico) pactos em tal sentido, esperava levar

a termo a sua empresa de imediato. Alarico aguardava disposto a cumprir suas ordens...” (Zósimo, Nova História, V, 26, 1 – 3).

Apesar de terem existido outros líderes militares e reis godos naquele mesmo contexto, caso de Radagaiso (Paulo Orósio, Histórias, VII, 37, 4 – 5), vemos em Alarico a figura política de maior relevo no mundo romano ocidental após a morte de Estilício (Testa, 2012: 87 – 91; Valverde Castro, 2012: 316), especialmente por conta do tão conhecido saque de Roma de 410. Se a repercussão de tal acontecimento foi de uma magnitude incalculável em todo o mundo romano (Paulo Orósio, Histórias, VII, 39; Agostinhode Hipona, Da Cidade de Deus, I, 1; Jerônimo, Epístola à Principia, 127, 12), também é certo que a projeção política de Alarico como rei e líder militar ganhou contornos significativos, transformando-o num personagem com um poder efetivo maior que o detido pelo imperador romano do ocidente, Honório. Porém, pensarmos que com a sua ação Alarico buscava assumir a condição imperial nos territórios ocidentais é uma hipótese possível, ainda mais se levarmos em conta a afirmação feita por Paulo Orósio sobre o seu sucessor imediato como rei dos godos, Ataulfo:

“... que ele (Ataulfo) havia desejado ardentemente que todo o Império Romano, retirado o nome de romano, fosse de fato e de nome somente dos godos e que, falando em língua corrente, o que antes foi *Romania* agora fosse *Gothia*, e o que antes foi Cesar Augusto fosse agora Ataulfo; mas que, quando a experiência provou que nem aos godos, por causa de sua desenfreada barbárie podiam em absoluto ser submetidos às leis, convinha abolir as leis imperiais, sem as quais um Império não é Império, preferiu buscar sua glória mediante a recuperação total e o engrandecimento do Império Romano com a força dos godos e ser considerado para a posteridade como o autor da restauração de Roma depois de não poder substituí-la...” (Paulo Orósio, Histórias, VII, 43, 5 – 6).

Esta informação, legada pelo relato orosiano, revela-nos o grande interesse dos reis godos, neste caso Alarico e Ataulfo, de participarem juntamente com os seus apoiadores e integrantes aristocráticos da defesa e da manutenção da instituição imperial nos territórios ocidentais para que deles fosse retirada a imagem de pertencerem a *barbárie* e que pudessem, a partir de então, ingressar de forma efetiva no ambiente da *romana ciuilitas* (Valverde Castro, 2012: 331). De fato, substituir a autoridade imperial romana num espaço tão amplo quanto o do Mediterrâneo ocidental, nas províncias espalhadas pela *Hispania*, *Gália*, *Itália* e *África*, seria uma tarefa hercúlea tanto do ponto de vista militar quanto administrativo e para a qual a incipiente realza goda encontrava-se ainda inexperiente e pouco qualificada. Porém, este reconhecimento da grandeza de Roma por parte dos reis godos reforça a ideia de que estes buscavam emular o poder imperial para se vincularem a ele e,

simultaneamente, reforçarem a sua condição régia diante do seu ambiente aristocrático godo. Mesmo assim a realeza goda carecia de um importante elemento para potenciar a sua autoridade, o da associação do poder régio à um espaço territorial e hegemônico sobre o qual exerceria as suas atribuições (Díaz Martínez, 1998: 177 – 178; Hillgarth, 2009: 5 – 6). Realmente, uma realeza de perfil nômade coligava-se com um passado bárbaro que os líderes clânicos godos queriam abandonar, sendo essencial à sobrevivência da instituição régia a existência de um vínculo direto à um território no interior do mundo romano tornando-a uma aliada e, ao mesmo tempo, continuadora das tradições políticas imperiais e dos costumes ancestrais bárbaros (Díaz Martínez, 1998: 177). Segundo Paulo Orósio, em consonância com a informação apresentada em meados do século VI d. C. por Jordanes (Jordanes, *Getica*, XXX: 156 – 157), tanto Alarico como Valia (416 – 419) tentaram fixar os godos em territórios da *África* romana:

“... Efetivamente, Valia – temeroso da justiça de Deus desde que no ano anterior um grande exército godo equipado com armas e navios que tentou passar a *África*, foi lamentavelmente aniquilado por uma tempestade a doze milhas do golfo gaditano e também se recordava do desastre ocorrido na época de Alarico quando os godos tentavam passar a Sicília foram tristemente arrebatados e afundados pelas ondas ante os olhos de todos...” (Paulo Orósio, *Histórias*, VII, 43, 11 – 12).

As tentativas frustradas de estabelecimento na *África* acabaram sendo compensadas num curto espaço de tempo pela autorização concedida pelo *magister militum* ocidental Constancio, em nome da autoridade imperial romana, da fixação de Valia e de seus godos na província da *Aquitania secunda* no ano de 418, depois que estes demonstraram a sua fidelidade aos romanos no enfrentamento contra as tribos de suevos, vândalos e alanos que provocavam saques e pilhagens nas províncias hispanas desde o ano de 409. Como nos indicam Hidácio de Chaves e Isidoro de Sevilha:

“... Valia rei dos godos, a serviço do Império Romano, causa numerosas mortes de bárbaros dentro das *Hispanias*(...). Os vândalos Silingos são exterminados por Valia na *Bética*. Os alanos, que dominavam os vândalos e os suevos, de tal modo são batidos pelos godos que, eliminado o seu rei Adace, os poucos que restaram, abolindo o título de reino, se submetem em favor do rei Gunterico dos vândalos que estava na *Gallaecia* (...). Os godos, interrompendo a luta que mantinham, são chamados por Constancio as *Galias* e recebem terras na *Aquitania*, desde Tolosa até o oceano...” (Hidácio de Chaves, *Crônica*, a.417 – 419).

“... Pela causa de Roma ocasionou entre os bárbaros grandes matanças (...). Valia uma vez terminada a guerra na Hispania (...). Recebeu do imperador pelo mérito

de sua vitória a Aquitania secunda, junto com algumas cidades das províncias limítrofes até o oceano..." (Isidoro de Sevilha, História dos Godos, 22).

Assim, o ano de 418 marcou o início efetivo da existência de um reino godo estabelecido no interior dos territórios romanos ocidentais que foi transformando-se numa autêntica potência político-militar sobre o Ocidente romano ao longo do século Vd. C. (Díaz Martínez, 1998: 179 – 183). Talvez este fortalecimento da própria instituição monárquica goda, que acabou concorrendo com a cada vez mais enfraquecida autoridade imperial romana ocidental, estivesse vinculado tanto a concessão por parte dos romanos de um espaço territorial próprio no qual os godos poderiam desenvolver o seu poder político efetivo, como também por causa das mudanças observadas na forma de eleição do *rex gothorum*. Se entre os reinados de Alarico e de Valia a escolha do futuro rei dos godos ainda se baseava exclusivamente no tradicional consenso alcançado pelos líderes clânicos, aliado a força militar detida pelo pretendente, a partir de Teodorico I (419 – 451) agregou-se a sucessão hereditária como premissa a eleição do novo rei dos godos. O longo e exitoso reinado de Teodorico I, marcado pela ampliação da hegemonia goda a outras áreas da *Galia* e da *Hispania*, consolidou a monarquia dos godos como instituição reconhecida por todos os grupos aristocráticos integrados ao seu espaço territorial, fossem romanos, fossem godos (Díaz Martínez, 1998: 184). Autoridade que elevou a *gens* dos Baltos acima das demais *gentes* aristocráticas godas, reconhecimento este que acabou favorecendo a indicação dos filhos de Teodorico I, Turismundo (451 – 452), Teodorico II (452 – 466) e Eurico (466 – 484) como sucessores ao trono godo na *Aquitania*:

"... Turismundo, rei dos godos, que respirava hostilidade, é degolado pelos irmãos Teodorico e Frederico. Sucede-lhe no reino Teodorico (II) (...). Mais tarde (...), o rei dos godos Teodorico (II), com forte exército e por desígnio e ordem do imperador Avito entra nas *Hispanias*. Se lhe opôs o rei dos suevos, Rechiario, a doze milhas da cidade de Astorga junto ao rio Órbigo, no dia 05 de outubro, sexta-feira, que é vencido no combate (...). Eurico sucede no reino pelo mesmo crime que havia feito seu irmão: uma vez elevado à dignidade pelo crime, envia embaixadores ao imperador e ao rei dos suevos..." (Hidácio de Chaves, Crônica, a.452; a.467).

"... Eurico (...) sem demora devasta com grande violência algumas regiões da *Lusitania*. Depois, enviando seu exército, se apodera de Pamplona e Zaragoza, submetendo a sua dominação a *Hispania* superior. Aniquila também num ataque de seu exército à nobreza da província da *Tarraconense* que lhe havia oferecido resistência. Regressando às *Galias*, se apoderou pela guerra das cidades de Arles e Marselha, anexando-as ao seu reino..." (Isidoro de Sevilha, História dos Godos, 34).



O consenso aristocrático à volta da figura régia, aliado ao crescimento territorial hegemônico amparado no estado permanente de conflito contra os romanos e outros grupos bárbaros que foram estabelecendo-se no interior do mundo romano fortaleceu a realeza goda sem, contudo, blindá-la por muito tempo. A interação entre o *rex gothorum* com os segmentos aristocráticos godos e romanos foi deteriorando-se durante o século V, culminando com o apoio de alguns destes grupos ao rei dos francos, Clóvis (496 – 511), que impôs uma expressiva derrota militar aos godos no ano de 507 na qual tanto o rei dos godos, Alarico II (484 – 507), filho de Eurico, como a própria instituição régia goda estabelecida em Tolosa, pereceram (Díaz Martínez, 1998, p.184):

“... morto Eurico, seu filho Alarico (II) é feito príncipe dos godos na cidade de Tolosa e os governou durante vinte e três anos. Este, que havia passado sua vida desde a infância no ócio e nos banquetes, ao final levado pelas provocações dos francos, ofereceu combate contra aqueles na região de Poitou e foi aniquilado. Com a morte de Alarico (II) o reino de Tolosa foi destruído, sendo ocupado pelos francos...” (Isidorode Sevilha, História dos Godos, 36).

Logo, as disputas internas, a falta de um bom relacionamento com os grupos aristocráticos nos espaços hegemônicos da dominação e o dissenso político do reino godo de Tolosa acabaram enfraquecendo-o e provocando a sua desapareição. Contudo, em determinadas províncias onde integrantes da aristocracia goda mantinham uma forte presença desde o século V d. C., como na *Lusitania*, na *Bética*, na *Tarraconense* e na *Gália Narbonense* (Hillgarth, 2009: 11 – 12), a renovação do ideal régio, ancorado na autoridade de um rei que fosse extensiva a uma área territorial sobre a qual se exerceria uma hegemonia política, começou a ganhar forma em meados do século VI d. C. Uma vez mais, o estado permanente de conflito entre grupos aristocráticos godos e romanos, aliado a uma forte regionalização dos poderes militares, serviu como estopim ao surgimento de um reino dos godos na antiga *Hispania* romana. O confronto entre as facções aristocráticas godas lideradas por Agila (550 – 555) e por Atanagildo (555 – 568), no qual se envolveram tanto os grupos aristocráticos de origem hispano-romana de Córdoba e de Sevilha como uma pequena força militar enviada pelo imperador romano do oriente, Justiniano I (527 – 565), deu início a união dos godos da *Lusitania* e da *Bética* em nome de um único rei, o vitorioso Atanagildo:

“... Agila foi eleito rei e reinou por cinco anos. Levando a guerra contra a cidade de Córdoba e por desprezo à religião católica (...) no combate que fez contra os cidadãos de Córdoba, pagou o castigo merecido com o qual lhe castigaram os santos; pois vítima da vingança daquela guerra, não apenas perdeu seu filho, morto ali com uma grande quantidade de combatentes, como também a todo o tesouro real, junto com importantes riquezas. O próprio Agila, vencido e

entregue a fuga, preso de lamentável medo, se refugiou em Mérida. Passado algum tempo Atanagildo, que ambicionava o poder, usurpou-lhe o reino e com o seu valor militar aniquilou ao exército que Agila enviou contra ele a Sevilha. Vendo os godos se destruírem em mútua devastação e mais temerosos com os soldados (romanos orientais) que invadiram a *Hispania* com o pretexto de oferecerem uma ajuda militar, assassinam a Agila em Mérida e se entregam ao governo de Atanagildo...” (Isidorode Sevilha, História dos Godos, 45 – 46).

Pouco tempo depois, simultaneamente a morte de Atanagildo, os grupos aristocráticos fixados na *Galia Narbonense* elegeram Liuva (I) (568 – 571) como rei e com ele recuperou-se uma prática política imperial romana que estava esquecida entre os godos, a da partilha do poder entre integrantes da mesma família e o estabelecimento de uma sucessão a partir daquela indicação. Ao nomear seu irmão Leovigildo (569/571 – 586) como “rei da *Hispania* citerior” (João de Biclário, Crônica, a.569, 4), Liuva sedimentou as bases para a futura constituição de um reino dos godos sobre a *Hispania* animada, também, pela união realizada entre Leovigildo e a viúva de Atanagildo, Gosvinta (João de Biclário, Crônica, a.569, 4), reunindo à sua volta os segmentos aristocráticos godos do nordeste e do centro-sul peninsular estabelecendo, a partir de então, uma base territorial sobre a qual iria exercer a sua autoridade régia (Velázquez Soriano, 2003: 176 – 177). Nesse sentido, verificamos a renovação de uma *monarquia consorciada* pautada pela partilha do poder consensual entre dois ou mais líderes políticos (Díaz Martínez, 1998: 184), prática política em vários momentos retomada entre os godos e assim descrita por Isidoro de Sevilha:

“... depois de Atanagildo foi elevado ao mando dos godos, em Narbona, Liuva (I) que reinou por três anos. Este, no segundo ano depois que alcançou o principado, nomeou o seu irmão Leovigildo, não apenas como sucessor, como partícipe no reino à frente do governo das *Hispanias*, contentando-se (Liuva) com o reino da *Gália*...” (Isidorode Sevilha, História dos Godos, 48).

É curioso notar que esta forma de divisão do poder, dentro de uma perspectiva teórica, era vista de maneira muito negativa e pejorativa pelos pensadores da Antiguidade Tardia. O próprio Isidoro de Sevilha, nos primórdios do século VII, oferece críticas a esta forma de divisão do poder político entre dois ou mais detentores apontando-o como uma “divisão bifária” (Isidorode Sevilha, Crônica, 405), uma partilha que contrariava o princípio da unidade régia, pois “nenhum poder admite outro compartilhado” (Isidorode Sevilha, História dos Godos, 48). Mas em termos práticos esta partilha do poder político trouxe aos godos mais benefícios que prejuízos, embora estes últimos tenham existido demonstrando, assim, elementos de ruptura no interior de um processo de readequações políticas. O próprio Leovigildo utilizou-se da mesma

estratégia que seu irmão ao consorciar e partilhar com seus filhos, Hermenegildo e Recaredo, o poder político (João de Bicláro, Crônica, a.573, 5; Valverde Castro, 2000: 181 – 182), atitude que parece ter impulsionado o crescimento da hegemonia goda sobre uma grande parcela da *Hispania* e que nos leva a denominar este reino como hispano-visigodo. Nesse sentido, o relato isidoriano reforça ainda mais esta impressão:

“... Leovigildo, tendo obtido o principado na *Hispania* e na *Galia*, decidiu ampliar o seu reino com a guerra e aumentar os seus bens. Com efeito, tendo a seu favor a entrega de seu exército e o favor que lhe granjeavam as suas vitórias, realizou felizmente brilhantes iniciativas: se apoderou dos cântabros, tomou *Aregia* e submeteu toda a *Sabaria*. Sucumbiram ante suas armas muitas cidades rebeldes da *Hispania*. Dispersou também em diversos combates aos soldados (romanos orientais) e recuperou, mediante a guerra, algumas praças fortes ocupadas por eles (...). Finalmente, levou a guerra aos suevos e reduziu seu reino com admirável rapidez ao domínio dos godos. Se apoderou de grande parte da *Hispania*, pois antes os godos estavam reduzidos a uns limites estreitos...” (Isidoro de Sevilha, História dos Godos, 49).

Neste caso, a partilha do poder régio por parte de Leovigildo coincide com o incremento do estado permanente de conflito contra diversos inimigos, fossem os bárbaros do norte, fossem os romano-orientais no Levante e no sul peninsular, ou as cidades da *Bética* que contavam com aristocracias de origem romana que eram contrárias a autoridade régia goda e o reino dos suevos na *Gallaecia*, que culminaram com a ampliação da hegemonia do reino dos godos, assim como o fortalecimento da figura régia diante dos segmentos aristocráticos godos e romanos, sobre os territórios hispânicos (Velázquez Soriano, 2003: p. 179 – 180). Mesmo os problemas decorrentes dessa partilha do poder político entre os godos, como a rebelião que opôs Hermenegildo ao seu pai e que deflagrou uma guerra civil vencida por Leovigildo (João de Bicláro, Crônica: a.579, 3; a.582, 3; a.583, 1; a.584, 3; Isidoro de Sevilha, História dos Godos, 49), causaram poucos impactos naquele contexto no qual a realeza estava amparada na constante ação guerreira, no princípio da hereditariedade sucessória e no consenso com uma significativa parcela dos segmentos aristocráticos do reino (Valverde Castro, 2000: 141 – 148).

## 5. Conclusão

Após analisarmos o processo histórico balizado entre o final do século II d. C. e o final do século VI d. C. no espaço do Mediterrâneo ocidental, podemos dizer que do ponto de vista da história política e institucional *Heródoto*, Unifesp, Guarulhos, v.6, n.2 - 2021.2. p. 22-48.

DOI: 10.34024/herodoto.2021.v6.13903

encontramo-nos diante de um mundo marcado por ricas e dinâmicas transformações que o diferenciavam da realidade helenística que o precedeu. Vale dizer que o conceito Antiguidade Tardia pode ser aqui aplicado sem exageros positivos ou negativos. Inclusive acreditamos que existem fortes indícios para dividirmos esse longo período histórico em dois momentos bem definidos, ao menos nos territórios do ocidente romano. Um primeiro momento está demarcado pelos séculos III d. C. e V d. C. onde percebemos a existência de um Império Romano que acabou dividido em duas novas realidades administrativas e militares, o Império Romano do Ocidente e o Império Romano do Oriente. Uma separação que estava coligada com algumas importantes iniciativas políticas já presentes desde a segunda metade do século II d. C., como a partilha do poder imperial realizada de uma forma colegiada com a intenção de se consolidar a autoridade do *princeps-imperator* num mundo romano onde as províncias começavam a ganhar uma visibilidade político-militar mais acentuada. A dicotomia centro/periferias, representada pela *ciuitas* de Roma e o conjunto das províncias extra itálicas, foi decisiva a hora de se efetivar a partilha do poder imperial, pois a divisão das tarefas militares e administrativas dariam, ao menos teoricamente, maior visibilidade e respeito a autoridade imperial. Mesmo assim, a partilha do poder imperial trazia incertezas quanto as verdadeiras intenções dos detentores do poder, ao ponto de poderem ocorrer tentativas de usurpação que contavam com o apoio de forças legionárias estacionadas nas províncias. O amparo regional e legionário a qualquer alçamento ilegítimo provocaria instabilidade interna e questionamentos ao poder imperial do *Augusto* ou daquele que detinha o reconhecimento do conjunto das instituições imperiais romanas. Com o intuito de reduzir os impactos negativos de aventuras usurpatórias a escolha de um parceiro familiar com o qual se poderia dividir as imensas tarefas administrativas e militares explicaria a imposição por parte do detentor do poder político-militar de um parceiro que, posteriormente, lhe sucederia no trono imperial. Dessa forma a sucessão hereditária do poder imperial no mundo romano ganhou força ao longo do século III d. C. e acabou estruturando-se como prática efetiva no século IV d. C.

Logo, podemos dizer que a primeira fase da Antiguidade Tardia foi marcada pela transformação nas práticas políticas relativas à divisão do poder e a sucessão imperiais que tocavam diretamente nas estruturas institucionais do Império Romano. Se olharmos atentamente à segunda fase, balizada entre os séculos V d. C. e VIII d. C., notaremos a relevância assumida pelos grupos bárbaros no processo de readequação político-institucional que culminou com a desaparecimento da autoridade imperial romana ocidental e o surgimento e fortalecimento dos reinos romano-

*Heródoto*, Unifesp, Guarulhos, v.6, n.2 - 2021.2. p. 22-48.

DOI: 10.34024/herodoto.2021.v6.13903

bárbaros nos territórios romanos ocidentais. Partindo do estado permanente de conflito, as lideranças bárbaras começaram a ganhar prestígio e força para instaurarem uma instituição monárquica copiada e emulada da tradição greco-romana que tornaram a figura régia um ente político permanente apoiado no consenso estabelecido pelos grupos aristocráticos bárbaros no momento de sua eleição. Além disso, grupos bárbaros como os godos, após fixarem-se no interior dos territórios imperiais romanos e ali instaurarem um reino próprio, acabaram incorporando a sua prática política a sucessão hereditária da figura régia e, do século VI d. C. em diante, a partilha da autoridade régia entre o rei e seus herdeiros políticos.

Portanto, verificamos que os elementos político-institucionais que foram analisados no presente estudo e que envolvem a partilha do poder e a sucessão hereditária, ambas na realidade imperial romana e nos reinos visigodo de Tolosa e hispano-visigodo de Toledo, fazem parte de um processo histórico de longa duração como foi a Antiguidade Tardia em suas duas fases e que estão conectados e interligados. Devemos reforçar que esta longa duração foi marcada por continuidades e rupturas, características comuns e inerentes aos processos históricos dinâmicos e de largo espectro temporal. De fato, tanto a partilha do poder como a sucessão hereditária enquadram-se naqueles movimentos que consideramos como suaves, retilíneos e menos críticos, ou nos que causaram desordens e tensões, que ocorreram de forma abrupta sendo tendentes ao caos, que são comuns ao estudo da História. Por esses motivos é que encontramos conexões entre as ações sucessórias e as divisões do poder levadas a cabo por Marco Aurélio, por Constantino e Teodósio, bem como por Eurico e Leovigildo. Momentos e contextos históricos distintos que encontram um denominador comum na tendência à diversidade nos processos de partilha e de sucessão que foram característicos naquele mundo tardo-antigo, afastando-se de uma perspectiva unitária comum ao período helenístico a qual, do ponto de vista político, oferecia-se uma alternativa pragmática.

Tais movimentos atingiram tanto aos romanos quanto aos bárbaros que se instalaram definitivamente nos territórios imperiais ocidentais, contribuindo à fissura da autoridade imperial romana ao longo do século V d. C.e, simultaneamente, criando as condições necessárias ao surgimento dos reinos romano-bárbaros no interior daquele antigo espaço de poder romano. Ora, podemos dizer que aqueles reinos, como o visigodo de Tolosa ou o hispano-visigodo, faziam parte do longo processo histórico de partilha dos poderes políticos perceptível desde o século II d. C. e incrementado pelas reformas administrativas e militares

dos séculos III d. C. e IV d. C. que propiciaram a integração dos bárbaros no mundo imperial romano e a criação das futuras monarquias que catalisaram as tradições políticas, sociais e culturais dos romanos e dos bárbaros nos territórios imperiais ocidentais.

Este amalgama de tradições diversas leva-nos a questionar dois dos grandes problemas historiográficos coligados ao mundo tardo-antigo, o da “queda” de Roma e o “fim” da civilização romana. É possível falarmos de uma substituição parcial de certos princípios políticos, sociais e culturais da civilização helenística que nos levaria a sugerirmos a existência de uma civilização tardo-antiga na qual Roma jamais desapareceu, mas mudou o seu *status* político. É certo que o Império Romano do Ocidente enquanto entidade administrativa e militar foi substituído pelos reinos romano-bárbaros que preservaram a quase totalidade dos cargos e das funções que existiam na administração romana. Por esse motivo a “queda” de Roma deve ser revisitada e analisada desde a perspectiva político-institucional, como defenderam Giardina e Cameron, a fim de que possamos oferecer uma análise mais criteriosa e isenta de prejuízos ideológicos que prejudicaram os estudos políticos na Antiguidade Tardia.

## Documentação

AELIO LAMPRIDIUS, Comodo Antonino = *Coleção Autores Gregos e Latinos. História Augusta. Volume I. Vidas de Adriano, Élio, Antonino Pio, Marco Aurélio, Lúcio Vero, Avidio Cássio e Cómodo*. Tradução do Latim, introdução, notas e índice Cláudia A. Teixeira, José Luís Brandão e Nuno S. Rodrigues. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.

AGOSTINHO DE HIPONA, Da Cidade de Deus = *A Cidade de Deus. Santo Agostinho. Volume I (Livro I a VIII)*. Tradução J. Dias Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.

AMMIANO MARCELINO, História = *Ammiano Marcelino. Historias*. Edición Maria Luísa Harto Trujillo. Madrid: Ediciones Akal, 2002.

AURÉLIO VICTOR, Dos Césares = *Aurelio Víctor. Libro de los Césares*. Introducciones, traducción y notas por Emma Falque. Madrid: Editorial Gredos – Biblioteca Clásica Gredos 261, 2008.

CASSIO DIO, História romana = *Cassio Dio. Historia Romana. Libros L – LX*. Traducción Juan Manuel Cortés Copete. Madrid: Editorial Gredos – Biblioteca Clásica Gredos 395, 2011.

CLAUDIANO, Contra Rufino = *Claudiano. Poemas I*. Introducción, traducción y notas de Miguel Castillo Bejarano. Madrid: Editorial Gredos – Biblioteca Clásica Gredos 180, 1993.

CLAUDIANO, Panegírico ao terceiro consulado do Imperador Honório = *Claudiano. Poemas I*. Introducción, traducción y notas de Miguel Castillo Bejarano. Madrid: Editorial Gredos – Biblioteca Clásica Gredos 180, 1993.

EUNÁPIO DE SARDES, História = *Digital Fragmenta Historicorum Graecorum, volumen IV, Liber nonus*(<http://www.dfhg-project.org/DFHG/index.php?volume=Volumen%20quartum>)

EUTROPIO, Breviário = *Eutropio. Breviario*. Introducciones, traducción y notas por Emma Falque. Madrid: Editorial Gredos – Biblioteca Clásica Gredos 261, 2008.

HIDÁCIO, Crônica = *Idacio, obispo de Chaves. Su Chronicon*. Introducción, texto crítico, versión española y comentario por Julio Campos. Salamanca: Ediciones Calasancias, 1984.

ISIDORO DE SEVILHA, Crônica = *Monumenta Germaniae Historica. Chronica Minora Saec. IV V VI VII. Auctorum Antiquissimorum Tomus XI. Volumen II*. Edidit Theodor Mommsen. Berlim: Weidmannos, 1894.

ISIDORO DE SEVILHA, História dos Godos = *Las Historias de los Godos, Vandalos y Suevos de Isidoro de Sevilla*. Estudio, Edición crítica y traducción por Cristóbal Rodríguez Alonso. Leon: Colegiata de San Isidoro, 1975.

JERÔNIMO, Epístola 127 (à Principia), 12 = *Jerome. Select Letters*. Translation by F. A. Wright. Cambridge – London: Harvard University Press/ Loeb Classical Library 262, 1933.

JOÃO DE BÍCLARO, Crônica = *Juan de Biclano. Obispo de Gerona. Chronicon. Su vida y su obra*. Introducción, texto crítico y comentarios por Julio Campos. Madrid: CSIC, 1960.

JORDANES, Getica = *Monumenta Germaniae Historica. Iordanis Romana et Getica. Auctorum Antiquissimorum Tomi V pars prior*. Recensvit Theodor Mommsen. Berlim: Weidmannos, 1882.



JÚLIO CAPITOLINO, Marco Antonino filósofo = *Coleção Autores Gregos e Latinos. História Augusta. Volume I. Vidas de Adriano, Élio, Antonino Pio, Marco Aurélio, Lúcio Vero, Avidio Cássio e Cómodo*. Tradução do Latim, introdução, notas e índice Cláudia A. Teixeira, José Luís Brandão e Nuno S. Rodrigues. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.

JULIO CAPITOLINO, Vero = *Coleção Autores Gregos e Latinos. História Augusta. Volume I. Vidas de Adriano, Élio, Antonino Pio, Marco Aurélio, Lúcio Vero, Avidio Cássio e Cómodo*. Tradução do Latim, introdução, notas e índice Cláudia A. Teixeira, José Luís Brandão e Nuno S. Rodrigues. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.

PAULO ORÓSIO, Histórias= *Historias. Libros V – VII. Paulo Orosio*. Traducción y notas de Eustaquio Sanchez Salor. Madrid: Editorial Gredos – Biblioteca Clásica Gredos 54, 1982.

ZÓSIMO, Nova Historia = *Zósimo. Nueva Historia*. Introducción, traducción y notas de José Maria Candau Morón. Madrid: Editorial Gredos – Biblioteca Clásica Gredos 174, 1992.

### **Referências bibliográficas**

ANDO, Clifford. Narrative decline and fall. In: ROUSSEAU, Philip (Editor). *A Companion to Late Antiquity*. Oxford: Blackwell, 2009.

BLOCKLEY, R. C. The dynasty of Theodosius. In: CAMERON, Averil and GARNSEY, Peter (Editors). *The Cambridge Ancient History. Volume XIII. The Late Empire, A. D. 337 – 427*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

BRAVO, G. ¿Crisis del Imperio Romano? Desmontando un tópico historiográfico. *Vínculos de Historia*. Toledo: Ediciones Universidad de Castilla La Mancha, 2, 2013, p.13 – 26.

BROWN, P. *The World of Late Antiquity. From Marcus Aurelius to Muhammad*. London: Thames and Hudson, 1971.

\_\_\_\_\_. *The Ransom of the soul. Afterlife and wealth in Early Western Christianity*. Cambridge: Harvard University Press, 2015.

CAMERON, Av. *El Mundo Mediterráneo en la Antigüedad Tardía 395 – 600*. Barcelona: Crítica, 1998.

*Heródoto*, Unifesp, Guarulhos, v.6, n.2 - 2021.2. p. 22-48.

DOI: 10.34024/herodoto.2021.v6.13903



\_\_\_\_\_. The 'long' Late Antiquity: a late twentieth-century model. In: WISEMAN, T. P. (Editor). *Classics in Progress. Essays on ancient Greek and Rome*. Oxford: The British Academy – Oxford University Press, 2002.

\_\_\_\_\_. Il potere di Costantino. Dimensioni e limiti del potere imperial. In: MELLONI, A., BROWN, P. E HELMRATH (Edittores). *Costantino I. Enciclopedia costantiniana sulla figura e l'immagine del cosiddetto Editto di Milano 313 – 2013*. Roma: Enciclopedia Italiana, 2013.

CARRIÉ, J.-M. The historical path of 'Late Antiquity': from transformation to Rupture. In: TESTA, Rita Lizzi (Org.). *Late Antiquity in contemporary debate*. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2017.

CARRIÉ, J.-M. & ROUSSELLE, A. *L'Empire Romain en mutation. Des Sévères à Constantin 192 – 337*. Paris: Éditions du Seuil, 1999.

DEN HENGST, Daniel. The discussion of authorship. In: BURGERSDIJK, D. W. P. and VAN WAARDEN, J. A. (Editors). *Emperors and historiography. Collected essays on the literature of the Roman Empire by Daniel den Hengst*. Leiden – Boston: Brill, 2010.

DÍAZ MARTÍNEZ, P. C. Rey y poder en la monarquía visigoda. *Iberia*. Logroño: Ediciones Universidad de La Rioja, 1, 1998, p.175 – 195.

\_\_\_\_\_. El final de Roma y la génesis de la Europa medieval. In: *Fortificaciones, poblados y pizarras. La raya en los inicios del medioevo*. Ciudad Rodrigo – Palacios de los Águilas: ATAEMHIS/USAL, 2019.

DRIJVERS, J. W. The *divisio regni* of 364: The end of unity? In: DIJKSRA, R., VAN POPPEL, S. and SLOOTJES, D. *East and West in the Roman Empire of the Fourth Century. An end to unity?* Leiden – Boston: Brill, 2015.

ELTON, H. *The Roman Empire in Late Antiquity. A political and military History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

ESCRIBANO, M. V. Usurpación y religión en el s. IV d. de C. Paganismo, cristianismo y legitimación política. In: GONZÁLEZ BLANCO, A. y BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, J. M. (Editores). *Antigüedad y cristianismo VII. Cristianismo y aculturación en tiempos del Imperio Romano*. Murcia: Universidad de Murcia, 1990.

GASPARRI, St. & LA ROCCA, Cr. *Tempi Barbarici. L'Europa Occidentale tra antichità e medioevo (300 – 900)*. Roma: Carocci Editore, 2013.

**Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.6, n.2 - 2021.2. p. 22-48.**

**DOI: 10.34024/herodoto.2021.v6.13903**

GEARY, P. J. *O mito das nações. A invenção do nacionalismos*. São Paulo: Conrad, 2005.

GIARDINA, A. Esplosione di tardoantico. *Studi Storici*. Roma: Carocci Editore, 40/1, 1999, p.157 – 180.

HEATHER, P. *Foedera and Foederati in the Fourth Century*. In: POHL, W. (Editor) *Kingdoms of the Empire. The integration of barbarians in Late Antiquity*. Leiden; New York; Köln: Brill, 1997.

HILLGARTH, J. *The Visigoths in History and Legend*. Toronto: Pontifical Institute of Mediaeval Studies, 2009.

HUMPHRIES, M. Emperors, usurpers, and the city of Rome. Performing power from Diocletian to Theodosius. In: WIENAND, J. (Editor). *Contested Monarchy. Integrating the Roman Empire in the Fourth century A D*. Oxford: Oxford University Press, 2014.

JAMES, E. *I barbari*. Bologna: Società Editrice il Mulino, 2011.

JONES, A. H. M. *The Prosopography of the Later Roman Empire A. D. 260 – 395*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971, v. I.

MARTINDALE, J. R. *The Prosopography of the Later Roman Empire A. D. 395 – 527*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980, v. II.

MATTHEWS, John. The emperor and his historians. In: MARINCOLA, J. (Editor). *A Companion to Greek and Roman Historiography*. Oxford: Blackwell, 2007, v. II.

MAZZARINO, S. *L'Impero Romano 2*. Roma – Bari: Editori Laterza, 2007.

NERI, V. Monarchia, diarchia, tetrarchia. La dialletica delle forme di governo imperial fra Diocleziano e Costantino. In: MELLONI, A., BROWN, P. E HELMRATH (Editori). *Costantino I. Enciclopedia costantiniana sulla figura e l'immagine del cosidetto Editto di Milano 313 – 2013*. Roma: Enciclopedia Italiana, 2013.

PEACHIN, M. Rome the superpower: 96 – 235 CE. In: POTTER, D. (Editor). *A Companion to the Roman Empire*. Oxford: Blackwell, 2006.

PERKINS, B. W. *La caída de Roma y el fin de la civilización*. Madrid: Espasa Calpe, 2007.

RODRÍGUEZ GERVÁS, M. J. *Propaganda política y opinión pública en los panegíricos latinos del Bajo Imperio*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1991.

SANZ SERRANO, R. *Historia de los Godos. Una epopeya histórica de Escandinavia a Toledo*. Madrid: La Esfera de los Libros, 2009.

SILVA, G. V. *A escalada dos imperadores proscritos. Estado, conflito e usurpação na Antiguidade Tardia (285 – 395)*. Vitória: GM, 2018.

TESTA, R. L. Il sacco di Roma e l'aristocrazia romana, tra crisi politica e turbamento religioso. In: DI BERARDINO, A., PILARA, G. e SPERA, L. (Editori). *Roma e il sacco del 410: realtà, interpretazione, mito*. Roma: Institutum Patristicum Augustinianum, 2012.

VALVERDE CASTRO, M. R. *Ideología, simbolismo y ejercicio del poder real en la monarquía visigoda: un proceso de cambio*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2000.

\_\_\_\_\_. El ataque de Alarico a la *Urbs Aeterna*: una medida de presión que terminó en catástrofe para los romanos. *Arys*, 10. Huelva: Ediciones Universidad de Huelva, 2012, p.309 – 336.

VELÁZQUEZ SORIANO, I. *Pro Patriae Gentisque Gothorum Statu* (4TH Council of Toledo, Canon 75, A. 633). In: GOETZ, H.-W., JARNUT, J. and POHL, W. (Editors). *Regna and Gentes. The relationship between Late Antique and Early Medieval peoples and Kingdoms in the Transformation of the Roman World*. Leiden – Boston: Brill, 2003.

WARE, C. The *Severitas* of Constantine: Imperial virtues in *Panegyric Latini* 7 (6) and 6 (7). *Journal of Late Antiquity*, 7/1. Washington: Johns Hopkins University Press, 2014, p.86 – 109.

WIRTH, G. Rome and its Germanic partners in the Fourth Century. In: POHL, W. (Editor). *Kingdoms of the Empire. The integration of barbarians in Late Antiquity*. Leiden; New York; Köln: Brill, 1997, p.13 – 55.

ZUGRAVU, N. La diarchia dei Fratelli nella tarda antichità: modelli mitici e storici. Diocleziano e Massimiano. *Peuce*, 9. Tulcea: Institutul de Cercetari Eco-Muzeale "Gavrila Simion", 2011, p.283 – 290.